

INDUSTRIALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES NA MALHA URBANA DE BLUMENAU – SC

INDUSTRIALIZATION AND CHANGES IN THE URBAN SPACE OF BLUMENAU – SC

INDUSTRIALIZACIÓN Y CAMBIOS EN LA TRAMA URBANA DE BLUMENAU - SC

RESUMO

O presente artigo objetiva analisar a industrialização como vetor de crescimento urbano de Blumenau. A partir da discussão do contexto social, econômico e político em que ocorre este desenvolvimento industrial, busca-se abordar os reflexos espaciais deste processo ao longo do século XX. Por meio de uma abordagem espaço-temporal, os procedimentos metodológicos envolveram o uso da cartografia histórica permitindo indicar os principais eixos de expansão da malha urbana em quatro décadas. O uso de métodos mistos possibilitou a integração de dados quantitativos e qualitativos, permitindo indicar percentuais de expansão da malha urbana e seus principais fatores motivadores. Desta forma, os resultados indicam relação direta entre a localização das principais indústrias e as moradias, muitas delas situadas nas encostas íngremes no seu entorno, configurando áreas de risco. Trata-se de um tema latente revelando desafios para a construção de uma cidade resiliente, capaz de enfrentar o cenário das mudanças climáticas deste século XXI.

Palavras-chave: geografia urbana; geografia econômica; geografia industrial; cartografia histórica.

ABSTRACT

This article aims to analyze industrialization as a vector of urban growth in Blumenau. Based on a discussion of the social, economic and political context in which this industrial development took place, with the objective of the spatial reflexes of this process throughout the 20th century. Using a space-time approach, the methodological procedures involved the use of historical cartography to indicate the main axes of expansion of the urban network over four decades. The use of mixed methods made it possible to integrate quantitative and qualitative data, making it possible to indicate the percentages of expansion of the urban network and its main motivating factors. In this way, the results indicate a direct relationship between the location of the main industries and the houses, many of which are located on the steep slopes around them, configuring risk areas. This is a latent issue, revealing challenges for building a resilient city, capable of facing the climate change scenario of the 21st century.

Keywords: urban geography; economic geography; industrial geography; historical cartography.

RESUMEN

Este artículo pretende analizar la industrialización como vector de crecimiento urbano en Blumenau. A partir de la discusión del contexto social, económico y político en el que se produjo este desarrollo industrial, se propone abordar los reflejos espaciales de este proceso a lo largo del siglo XX. A través de un enfoque espacio-temporal, los procedimientos metodológicos recurrieron a la cartografía histórica para indicar los principales ejes de expansión de la trama urbana a lo largo de cuatro décadas. La utilización de métodos mixtos permitió integrar datos cuantitativos y cualitativos, posibilitando indicar porcentajes de expansión de la trama urbana y sus principales factores motivadores. De pronto, los resultados indican una relación directa entre la localización de las principales industrias y las viviendas, muchas de las cuales se sitúan en las escarpadas laderas que las rodean, originando zonas de riesgo. Se trata de una cuestión latente, que revela retos para la construcción de una ciudad resiliente, capaz de hacer frente al escenario de cambio climático del siglo XXI.

Palabras Clave: geografía urbana; geografía económica; geografía industrial. cartografía histórica.

 Tanice Cristina Kormann ^a

^a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) –Porto Alegre, RS, Brasil

DOI: 10.12957/geouerj.2024.83044

Correspondência:

tanice.kormann@gmail.com

Recebido em: 25 mar. 2024

Revisado em: 06 jun. 2024

Aceito em: 14 jun. 2024



INTRODUÇÃO

As cidades refletem espacialmente as relações sociais estabelecidas em determinado lugar, são espaços onde as relações políticas e econômicas se materializam. Corrêa (1986) define o espaço urbano como: "(...) fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas". Carlos (2007) aponta que as contradições inerentes ao processo de produção da cidade são fundamentais para se compreender as formas urbanas construídas em diferentes tempos. Mendonça (2011) destaca a importância de considerar elementos socioeconômicos, culturais e políticos nos estudos que se propõe a compreender ambientes urbanos. Para Santos (1994), o estudo da cidade em sua espacialidade não pode se desarticular do estudo do tempo. Este autor admite que os estudos sobre o urbano apresentam, geralmente, apenas uma crítica à cidade do presente, sem nem ao menos questionar como a cidade se formou.

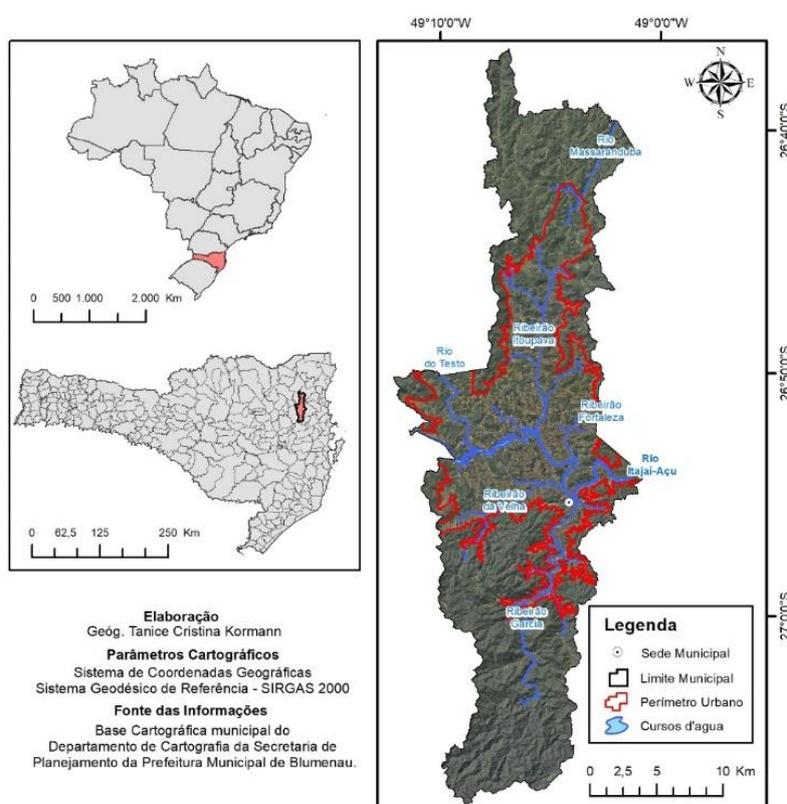
Neste sentido, a desigualdade econômica e o crescimento urbano acelerado são fatores inerentes ao processo de urbanização das grandes e médias cidades brasileiras, onde é comum a expansão descontrolada da malha urbana e o surgimento das ocupações irregulares que traduzem espacialmente a desigualdade e as tensões sociais produto deste modelo socioeconômico vigente (MARICATO, 1996). Rossato (1993) aponta que a industrialização e o incremento populacional associado à migração são os principais motores da urbanização brasileira, processo que se dá de modo intenso na década de 1970. A urbanização acelerada dos países latino-americanos e a estrutura social extremamente estratificada em razão da concentração de renda geram um cenário onde ampliam-se os efeitos socioespaciais (ABRAMO, 2007).

A desaceleração do crescimento demográfico nas grandes cidades tem confirmado que o cerne da questão está atrelado ao modelo de desenvolvimento econômico. No Brasil, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pelo redirecionamento das políticas econômicas visando o ajustamento à nova fase da modernização capitalista (RAUD, 1999). Duménil e Levy (2014) apontam que o neoliberalismo pode ser considerado um novo estágio do capitalismo que teve início mundialmente ao longo da década de 1970, mas que no Brasil tem seus efeitos mais claramente percebidos a partir da década de 1990. O neoliberalismo consiste em um conjunto de teorias e práticas de ordem político-econômica que buscam assegurar o funcionamento dos mercados e garantir os direitos individuais por meio da diminuição da ação do papel do Estado especialmente no que se refere a gastos sociais, exaltando a liberdade de mercado (HARVEY, 2014).

Neste contexto, o presente artigo objetiva discutir as transformações na malha urbana do município de Blumenau ao longo do século XX, período em que a indústria foi o principal vetor da produção do espaço urbano. O desenvolvimento industrial precoce chamou a atenção de economistas, geógrafos, sociólogos e historiadores na metade do século passado. A peculiaridade das características culturais, econômicas e

políticas foram muito discutidas, embora seus efeitos espaciais ainda sejam pouco explorados, especialmente cartograficamente. Diante desta lacuna, o presente artigo se propõe a analisar as marcas espaciais do processo industrial no tecido urbano de Blumenau. Trata-se da principal cidade do Médio Vale Itajaí, com população de 361.261 habitantes (IBGE, 2022), o quarto maior PIB de Santa Catarina e o oitavo maior PIB da região sul do Brasil (IBGE, 2021). Com uma área de cerca de 500 km², o território de Blumenau é cortado ao meio pelo Rio Itajaí-Açu e no sentido norte-sul pelos seus afluentes (Figura 01).

Figura 01 - Mapa de localização do município de Blumenau.



Org.: Elaboração da autora.

METODOLOGIA

A presente pesquisa utilizou métodos mistos de análise, envolvendo o uso de dados qualitativos e quantitativos. A análise documental teve por base os seguintes períodos do processo de ocupação do território de Blumenau: i) colonial; ii) industrial e iii) reestruturação produtiva. A consulta bibliográfica abrangeu livros, teses e documentos técnicos que abordassem primeiramente o processo de ocupação e organização territorial do período colonial (PELUSO, 1991; SIEBERT, 1996; SEYFERTH, 1999; RAUD, 1999). A análise do processo de ocupação ocorrido no período industrial, eixo central desta proposta, tem como base a obra de Armen



Mamigonian (1966), Paul Singer (1977), Maria Lucia Renaud Hering (1987), Ivani Butzke (1995), Claudia Siebert (1998 e 1999) e Silvana Maria Moretti (2006). A respeito da reestruturação produtiva foram utilizadas principalmente as obras de Claudia Siebert (2000), Ivo Raulino (2008) e Jacqueline Samagaia (2010).

Como a ênfase do trabalho reside no período industrial, um dos principais desafios foi a escassez e baixa precisão dos dados cartográficos históricos disponíveis para caracterizar o espaço urbano ao longo do século XX. Visando caracterizar o processo de urbanização, as primeiras informações espaciais do espaço urbano são as imagens geradas pela extinta Assessoria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Blumenau quando da elaboração de documentos técnicos para embasar a primeira atualização do Plano Diretor Municipal, no ano de 1991. A delimitação da malha urbana disponível corresponde as décadas de 1950, 1970, 1980 e 1990 (BUTZKE, 1995).

Este material foi digitalizado e georreferenciado para inserção em Sistema de Informação Geográfica (SIG), possibilitando o cruzamento dos dados geoespaciais das malhas urbanas com os dados geoespaciais do período atual. Assim, as manchas urbanas da segunda metade do século XX foram sobrepostas aos atuais limites administrativos, permitindo uma interpretação integrando a espacialidade e a temporalidade. O limite administrativo atual e a hidrografia atual foram cedidos pelo setor de Cartografia da Prefeitura Municipal de Blumenau. A partir da obtenção desta base de dados, a elaboração dos mapas e os cruzamentos espaciais foram realizados no *software* Arc GIS 10.4.1[®] da ESRI, permitindo caracterizar os principais eixos de direcionamento da malha urbana ao longo da segunda metade do século XX.

A INDUSTRIALIZAÇÃO COMO VETOR DE CRESCIMENTO URBANO

Inicialmente é apresentada uma breve contextualização histórica do processo de loteamento do território de Blumenau durante o período colonial. Para compreender este processo e, posteriormente o período industrial, é apresentada uma breve caracterização do modelo colonial e a organização espacial por ele produzida, visando traçar o contexto a partir do qual ocorre a passagem para a fase industrial, objetivo central desta análise. As discussões sobre o período colonial e seus reflexos no espaço urbano foram aprofundadas no artigo “Ocupação das encostas e a formação das áreas de risco a movimentos de massa em Blumenau-SC” (KORMANN e ROBAINA, 2016).

O modelo de distribuição de lotes coloniais a partir de 1850 define os locais a serem ocupados para a implantação de pequenas propriedades familiares de uso agrícola. Os lotes foram divididos paralelamente uns aos outros, seguindo a drenagem e se estendendo numa longa faixa em direção ao fundo do vale (SIEBERT,



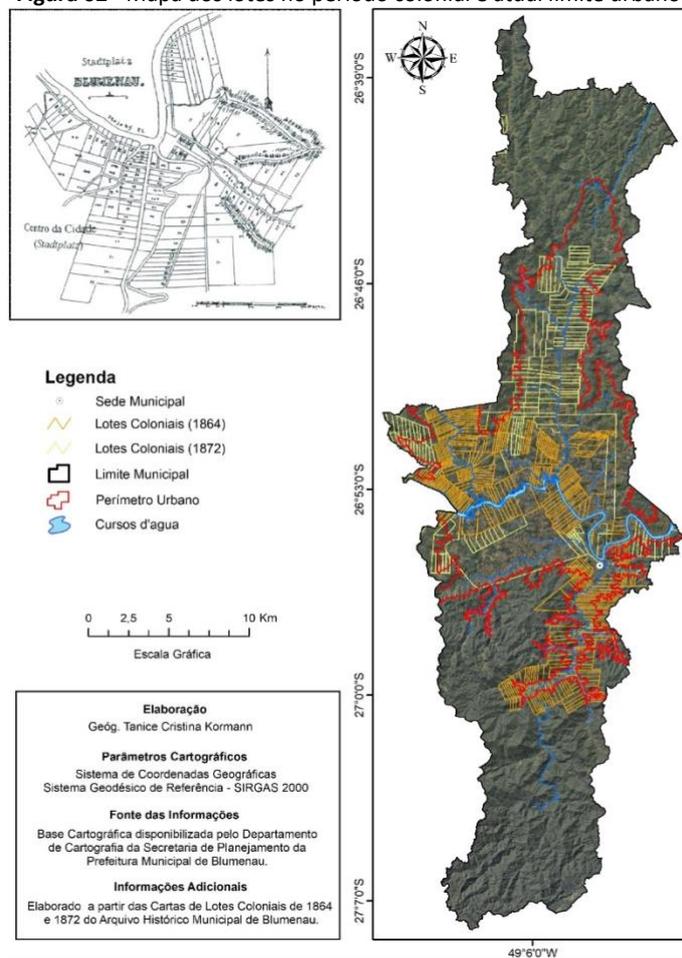
1999). O modelo de ocupação baseado na distribuição de lotes coloniais se expande radialmente ao longo das planícies fluviais em direção às nascentes e ao Planalto (PELUSO, 1991; DEEKE, 1995; BUTZKE, 1995; SEYFERTH, 1999) privilegiando a distribuição dos lotes nas áreas situadas a noroeste e a sudeste do Rio Itajaí-Açu, sendo estas as primeiras a serem distribuídas aos imigrantes em 1864 (BUTZKE, 1995; SEYFERTH, 1999).

Cécile Raud comenta sobre a organização socioespacial produzida neste período:

No que toca à organização socioeconômica, a colonização baseada sobre pequenas propriedades – os lotes eram de 25 a 30 hectares – teve um papel preponderante. Essa estrutura, impedindo a formação de uma aristocracia rural, levou à formação de uma sociedade mais igualitária do que no resto do país e com um nível de consumo mais elevado. (RAUD, 1999, p.93)

Em 1872, a intensa vinda de novos imigrantes, tanto de origem germânica quanto italiana, resulta na distribuição da porção norte do território municipal, indicando que a maior parte do que atualmente constitui a área urbana atual de Blumenau havia sido distribuída nas primeiras três décadas da colonização (Figura 02). O mapa ilustra como este modelo contribuiu para a formação de uma malha urbana espacialmente ramificada e alongada na direção dos fundos de vales, e em função do relevo, se formam poucas vias conectando os vales. Como consequência, a dispersão espacial é característica marcante deste processo, o que também é indicado pela ausência de praças ou outros locais que exerçam centralidade em meio à fileira de lotes.

Figura 02 - Mapa dos lotes no período colonial e atual limite urbano.



Org.: Elaboração da autora.

A partir da estrutura de base colonial agrícola, Blumenau passa a assumir funções urbanas diante do surgimento do setor industrial. O período coincide com o ápice da economia blumenauense, fato que chamou a atenção de pesquisadores que buscaram entender os fatores e consequências do modelo de desenvolvimento industrial (MAMIGONIAN, 1966; SINGER, 1977; HERING, 1987). Dentre os fatores da diferenciação desse processo de industrialização, o conhecimento técnico trazido pelos imigrantes auxilia na formação das primeiras fábricas a partir do aprimoramento das técnicas artesanais. Assim, a experiência com o artesanato e, no caso do imigrante tardio, o contato com o início da revolução industrial na Europa, são fatores determinantes para o surgimento da indústria têxtil do Vale do Itajaí (HERING, 1987; LENZI, 2000).

Neste sentido, a ampliação da divisão do trabalho que sustenta a mudança na economia pode ser interpretada como resultado da combinação de elementos de ordem conjuntural e social, dentre os quais Hering (1987) destaca as características socioculturais do imigrante. Além disso, é importante ressaltar que o isolamento



sugere a necessidade de transformação de alguns produtos para assegurar o consumo próprio. No final do século XIX, Blumenau já apresentava um desenvolvimento industrial importante, que além de gerar a autossuficiência da economia colonial produzia excedentes (SIEBERT, 1996). A geração do excedente possibilitou o estabelecimento de trocas e, assim, o acúmulo de renda que permitiu a geração da poupança. Como consequência, o surgimento dos primeiros estabelecimentos industriais resulta da poupança gerada por meio da agricultura (HERING, 1987; SEYFERTH, 1999).

Outro fator determinante para o surgimento da indústria, legado do período colonial, foi o desenvolvimento de uma estrutura social relativamente homogênea e coesa internamente (RAUD, 1999). A autora aponta que o senso de igualdade contribui para desenvolver um sentido coletivo em torno do ideal de “desenvolver a região”, que se manifesta por meio do cooperativismo. Apesar do senso de igualdade, Seyferth (1999) chama a atenção para o fato de que uma sociedade totalmente igualitária não possibilitaria acumulação significativa de capital que possibilitasse investimentos pesados, imprescindíveis à implantação industrial. Neste sentido, Hering (1987) e Seyferth (1999) chamam a atenção para o surgimento, ao longo do tempo, do monopólio das atividades comerciais que fez com que o dono da venda atuasse como agente bancário, fornecendo financiamentos e sendo depositário das economias dos colonos:

[...] o vendeiro concentrava ainda nas mãos um sistema de crédito e financiamento fundamentado na sua condição de intermediário que avoluma e transporta uma parte da produção camponesa que lhe é entregue em pequenas quantidades (SEYFERTH, 1999, p. 110).

Desta forma, o vendeiro é responsável pelo acúmulo de renda durante o período colonial. Sua importância e seu capital estavam associados ao papel de articulação em um sistema caracterizado pelo isolamento, onde eram muitas as unidades produtivas com pequena produção individual (HERING, 1987). Assim, o vendeiro concentra a renda produzida localmente na agricultura e a realoca no desenvolvimento de atividades suplementares como a industrial e a infraestrutura de base, se responsabilizando pelas primeiras iniciativas privadas de crédito. Desta forma, esse capital excedente possibilita investimentos em infraestrutura e obras necessárias para a estruturação das primeiras fábricas. Por meio desta iniciativa particular, a figura do vendeiro possibilita:

[...] a criação de instituições que promovessem e incentivassem a produção e o crédito para as atividades econômicas, numa época em que os empreendimentos não dispunham de qualquer assistência financeira oficial, especialmente nos casos dos núcleos coloniais distantes e sem comunicação com os centros políticos decisórios do país (RAUD, 1999, p. 94).

As iniciativas começaram de maneira modesta, como destacado por Mamigonian (1966, p. 151): “Centro com predominância têxtil, mas com uma produção muito variada, desde os produtos alimentares até laminados, sendo esta produção sempre de qualidade e, muitas vezes, especializada”. Duas décadas depois, a análise da



industrialização no Vale do Itajaí realizada por Hering enfatiza o ramo têxtil. As primeiras iniciativas surgem ainda na década de 1880, sendo motivadas pela crescente demanda interna (MAMIGONIAN, 1966; SILVA, [1970?]; HERING, 1987). A iniciativa pioneira das indústrias Hering é relatada no livro de Maria Luiza Renaux Hering (1987). A família já havia sido dona de fábrica de tecidos na Alemanha e ao chegarem a Blumenau começaram a fabricar os mesmos utensílios para o consumo familiar em um tear circular trazido da Europa (MAMIGONIAN, 1966; HERING, 1987).

Neste contexto, a fábrica surge como uma evolução do processo produtivo de artigos que visavam atender as necessidades do mercado local em expansão. O principal estímulo ao desenvolvimento do setor é a forte taxaço de produtos acabados ou industrializados:

[...] os colonos costumavam usar uma camiseta de algodão embaixo das roupas, e do outro lado as roupas e tecidos eram muito caros nas áreas coloniais por serem produtos acabados e, portanto, fortemente taxados com impostos de importação. Assim, o mercado inicial da indústria têxtil era o mercado local, estendendo-se depois para o resto do Estado e do país. (RAUD, 1999, p. 99)

Nas décadas seguintes surgiram outros estabelecimentos de fiação e tecelagem motivados pelo aumento da renda local que impulsionaram o surgimento de um mercado interno ativo (HERING, 1987). A economia se dinamiza a ponto de viabilizar o estabelecimento de um setor secundário nas sedes das colônias do Baixo e Médio Vale do Itajaí. Neste sentido, o surgimento das primeiras fábricas do ramo têxtil ocorre precocemente até mesmo em relação ao cenário nacional (HERING, 1987), fato que impulsiona o processo de transformação na estrutura produtiva (SINGER, 1977).

Durante a primeira fase do desenvolvimento industrial de Blumenau (1880-1914), a indústria têxtil no Vale do Itajaí é mantida pela transferência de tecnologia facilitada pelo contato de familiares e conhecidos na Europa (HERING, 1987). Este ramo industrial inicia dependente da energia hidráulica, sendo a principal fonte energética até 1909, quando tem início o fornecimento de energia elétrica em Blumenau (MAMIGONIAN, 1966). Assim, diversos autores afirmam que os fatores locacionais da indústria tiveram forte condicionamento no desenvolvimento do plano urbano blumenauense que se formava (MAMIGONIAN, 1966; SIEBERT, 1998; MORETTI, 2006). As fábricas acabaram se instalando junto aos principais cursos d'água nos arredores da sede da colônia. Em função disso, a distribuição das fábricas resultava distribuída nos principais vales fluviais.

Assim, a industrialização que ocorre em Blumenau passa a contar com um importante diferencial em relação às demais áreas industriais do Brasil; tanto a população quanto a indústria não estavam concentradas espacialmente, estando ambas situadas de modo espacialmente disperso, distribuídas nas linhas coloniais (SEYFERTH, 1999). A mão de obra da indústria nesta primeira fase da industrialização era o colono, que intercalava a atividade agrícola na propriedade com o incipiente trabalho na fábrica. Outro elemento



importante é a facilidade da aceitação social desta nova atividade. Isso porque culturalmente, o imigrante já era habituado ao trabalho acessório como fonte complementar de renda, o que acontecia nos intervalos de menor atividade com a lavoura (SEYFERTH, 1999).

Existem evidentemente colonos e operários puros, mas a maioria é constituída de famílias operárias-colonas: o marido trabalha numa fábrica e sua mulher cria 2 ou 3 vacas, porcos e galinhas e cultiva as terras da família. Mas frequentemente os pais são agricultores e as filhas moças são operárias. (MAMIGONIAN, 1966, p. 148)

Este modo de vida que concilia o trabalho na propriedade agrícola e na indústria reflete um momento de transição do modelo agrícola para um modelo industrial em que “a sociedade se mantém em grande parte com características camponesas” (SEYFERTH, 1999, p. 143). A afirmação da autora é importante para considerarmos que a manutenção das práticas sociais ocorre mesmo que o contexto e o “ambiente ao redor” se transforme. Assim, a redução de importância da agricultura ocorre gradativamente, o que não permite, ao menos no início, uma distinção social entre empregador e empregado. Permanece um senso de igualdade na relação do trabalhador com o empregado, especialmente pela existência do cooperativismo, conforme abordado por Raud (1999). Décadas mais tarde, Vidor (1995) usa esta característica para explicar a dificuldade de aderência dos trabalhadores aos sindicatos na região.

A partir de 1915, na segunda fase do desenvolvimento industrial de Blumenau, a economia regional se consolida a partir desta atividade. A indústria têxtil e a indústria alimentícia foram as principais beneficiadas com a Primeira Guerra Mundial, sendo este o momento em que a indústria têxtil se destaca como ramo mais dinâmico (MAMIGONIAN, 1966). Já na década de 1920 ocorre a mudança de escala, quando a indústria blumenauense passa a ser considerada de grande porte, conforme relatado por Paul Singer (1977, p. 129): “Nesta etapa a expansão das empresas adquire nova dimensão, pois ela se integra no processo de industrialização do país”. O território de abrangência é o fator determinante para esta mudança de caráter do setor:

A indústria têxtil blumenauense contou, a partir de 1914-18, com o mercado nacional e certos estabelecimentos que nasceram mais tarde como ‘Haco’ (1927), ‘Cremer’ (1935) e ‘Artex’ (1936), trabalharam desde o início com o conjunto do território brasileiro. (MAMIGONIAN, 1966, p. 88)

A mudança de porte da indústria blumenauense traz reflexos regionais na organização espacial do território. Trata-se da consolidação espacial da polarização exercida por Blumenau sobre a região do Vale do Itajaí-Açu. Esta transformação funcional se processa localmente por meio da transformação da estrutura fundiária. Tal mudança também contribui para uma inversão da concepção de trabalho por parte do colono, onde a agricultura passa a ser a atividade suplementar na renda familiar (SEYFERTH, 1999). Gradativamente o número



de membros da família dedicados ao trabalho nas fábricas cresce, enquanto diminui o número de trabalhadores dedicados às atividades agrícolas.

Seyferth (1999, p. 137) afirma que “o processo de desenvolvimento econômico desencadeado pela proliferação de fábricas de tecidos e fiação e a conseqüente redução do trabalho agrícola deram origem à urbanização”. A autora descreve este processo, destacando que num primeiro momento o colono não se proletariza totalmente e nem se transfere para perto da fábrica, permanecendo na propriedade rural e dividindo seu tempo entre a atividade agrícola e a atividade na indústria. Apesar disso, a autora considera ainda que o caráter da produção rural é alterado. Diante do novo cenário, o colono:

[...] não é mais o proprietário de um lote de 25 hectares, mas de um pedaço da propriedade paterna – partilhada com os irmãos e irmãs – suficiente para cultivar visando apenas o consumo doméstico. (SEYFERTH, 1999, p. 141)

A redução da oferta de terras disponíveis coincide com a transformação espacial da sede de Blumenau. O lote agrícola passa a se tornar urbano através das gerações. A divisão dos lotes coloniais ocorria geralmente entre os membros da família, como destacado na sequência: “[...] prática comum foi a ocupação de um mesmo grande lote por várias ramificações da mesma família” (LOHN e AREND, 2013, p. 55). Ao mesmo tempo, a urbanização iniciava, impulsionada pela ampliação das funções urbanas do município, intensificando a diminuição do tamanho dos lotes por fracionamento entre os membros da família ao longo das gerações. Além da influência das características fisiográficas e do direcionamento promovido pelas indústrias, Vidor (1995) destaca a “organicidade da trama urbana” que diz tanto da falta de planejamento do traçado urbano como também da ausência de nítida separação do que era espaço rural e urbano.

Paul Singer (1977) aponta que a mudança de escala da indústria blumenauense na década de 1920 é acompanhada de uma transformação estrutural na organização espacial do território. A expansão da indústria regional se insere em um contexto nacional do qual Rossato (1996) e Raud (1999) destacam o papel da Política Vagas no impulsionamento desta modernização, fato que:

(...) permitiu que esse período representasse um ponto de inflexão no desenvolvimento brasileiro, significando o deslocamento do centro dinâmico da economia, antigamente o setor primário-exportador, agora o setor industrial ligado ao mercado interno (RAUD, 1999, p. 105).

Esta modernização se reflete na melhoria da infraestrutura de transporte, além de mudanças na esfera legal, que permitem o aumento da distinção entre área rural e urbana, aprovada com o Código de Construções de 1939 (SIEBERT, 2000). O regramento consiste em um instrumento de controle urbanístico indicando a preocupação com a urbanização incipiente, podendo ser considerado o marco regulatório inicial do espaço urbano de Blumenau. A preocupação com a urbanização e o caráter industrial do município também são



evidenciadas pelo primeiro ciclo de emancipações do Vale do Itajaí. O Código de Postura que entrou em vigor em 1948 insere dispositivos regulamentando a divisão dos terrenos, inserindo critérios como dimensões mínimas de lotes e ruas (SIEBERT, 1999). O caráter urbano do período é ressaltado por Singer (1977, p. 131):

A urbanização de Blumenau avança nos anos quarenta a passos largos. A população que se dedica à agricultura cai de quase metade, em 1940, a um quinto da população ativa, em 1950. Os que trabalhavam na indústria de transformação passam, em 1950, a representar 40% da população ativa, e o seu número aumenta 87% em 10 anos. Notável como índice de urbanização é a elevação do número dos que se dedicam a serviços, que em 10 anos cresce 192%.

Neste contexto, a antiga propriedade rural no município de Blumenau passa a sofrer atomização, sendo o aumento no número de propriedades com menos de 10 ha destacado por Singer (1977, p. 138):

[...] o crescimento de quase 50% do número de propriedades, ao passo que a área total aumentou apenas 28%, o que faz com que a área média do estabelecimento se reduza de 25,6 ha em 1950 para 22,2 ha em 1960. Mais impressionante ainda é o aumento do número de minifúndios (propriedades de menos de 10 ha): a sua quantidade quase triplica em apenas 10 anos, ao passo que a sua área média cai de 5,6 ha em 1950 para 4,5 ha em 1960.

A expansão da população ocupada nos setores da indústria e serviços confirma o declínio da importância econômica das atividades rurais. O significativo crescimento do setor de serviços ainda não era tão representativo em termos absolutos quando comparado ao número de empregados das fábricas. As indústrias eram as principais responsáveis por atrair grandes contingentes populacionais, conforme descrito na sequência: “[...] os grandes estabelecimentos fizeram esforços para recrutar trabalhadores em vários municípios vizinhos” (MAMIGONIAN, 1966, p. 138). Ao entrar na década de 1950, Blumenau já era um “centro essencialmente industrial e urbano” (SINGER, 1977, p. 132).

Neste modelo de urbanização, é possível identificar o papel central que a indústria assume na passagem do modelo predominantemente rural para o urbano. Não se trata apenas do plano material, no plano simbólico a importância da indústria também é preponderante. A perspectiva cultural deste processo é evidenciada também pelo sentido de racionalidade do plano urbano, mencionado por Peluso (1991), onde a valorização simbólica do trabalho tem na fábrica o elemento concreto que determina a organização do espaço que se torna urbano. Além disso, a ausência de espaços de lazer como praças é, até os dias de hoje, outro reflexo da racionalidade do espaço urbano blumenauense.

Associado a expansão das funções urbanas e crescimento industrial, as localidades mais desenvolvidas conquistam independência político administrativa em um grande ciclo de emancipações ocorrido no Vale do Itajaí. Desta forma, o município de Blumenau assume seus limites territoriais atuais em 1958, quando ocorre o último desmembramento, que dá origem ao município de Pomerode. Ainda na mesma década, a Prefeitura

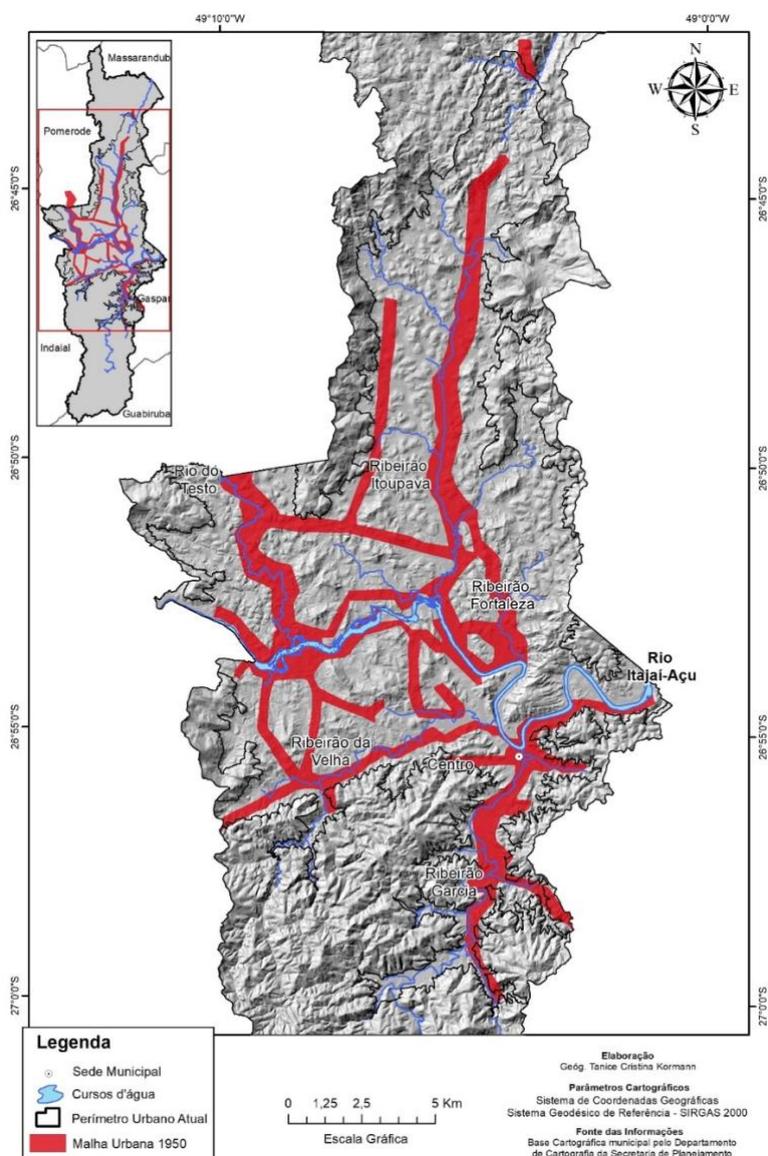


Municipal de Blumenau elabora a primeira planta onde não são representados os lotes coloniais, o que reforça a mudança no caráter da ocupação. Desta forma, começa a ser passível de representação espacial a mancha urbana circundando os principais cursos d'água do município, indicando uma ocupação que se instala a partir do fundo de vale, avançando de modo tentacular em direção à montante da rede de drenagem (Figura 03).

O mapa da Figura 03 ilustra ainda um desenvolvimento urbano estruturado a partir de três eixos principais, primeiramente descritos por Mamigonian (1966). O eixo norte a partir do Ribeirão Itoupava e Rio do Testo, o eixo oeste incluindo Ribeirão da Velha e um eixo sul no Ribeirão Garcia. Na sequência, o autor descreve dois dos três eixos relativamente independentes que formaram o tecido urbano:

Na parte sul de Blumenau, o polo constituído pela "Garcia" e a "Artex" se localiza na extremidade do bairro Garcia e criou subúrbios em tentáculos: Glória e Progresso, e as zonas rurais continuam para o sul; Garcia Alta e Ribeirão Jordão foram transformadas. O terceiro polo, "Cia Hering", no oeste, se localiza no bairro Bom Retiro e funcionou do mesmo modo que os dois outros: criou o bairro da Velha e os subúrbios Velha Central e General Osório e transformou zonas rurais que prolongam estes dois subúrbios: Velha Central, Grande e Pequena e a Estrada do Ribeirão Branco. (MAMIGONIAN, 1966, p. 144)

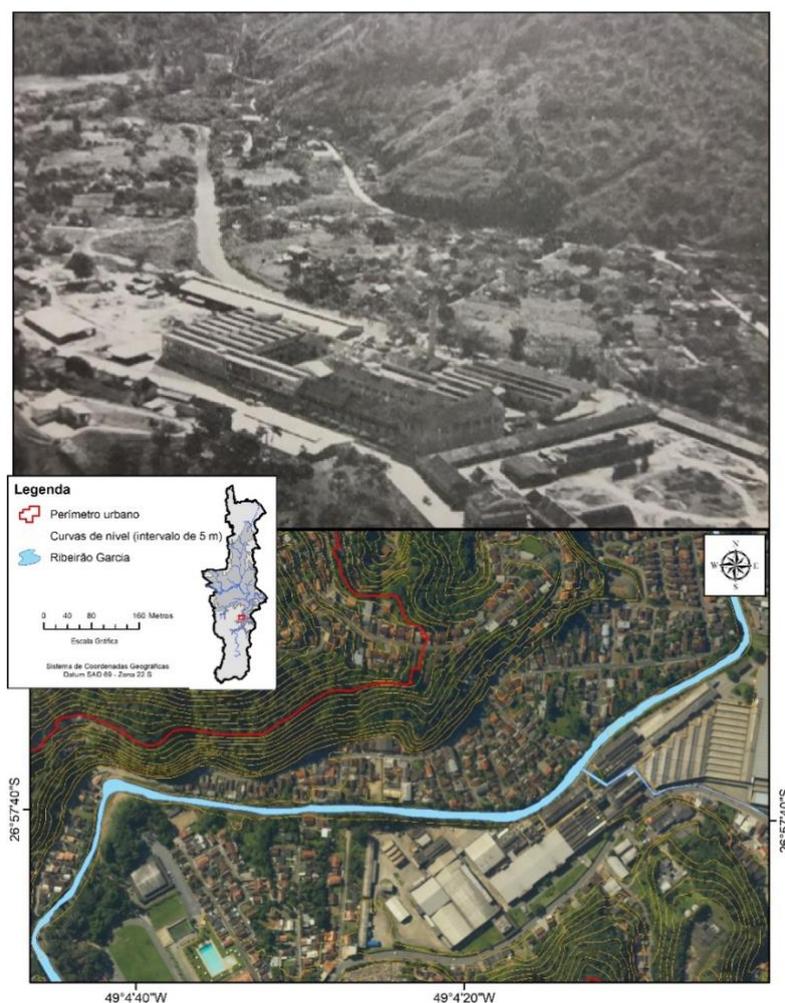
Figura 03 - Ocupação na década de 1950.



Org.: Elaboração da autora.

O planejamento na localização das fábricas, situadas nas proximidades do curso hídrico e em terrenos planos, contrasta com a ausência de planejamento nos espaços destinados às moradias, que, diante do isolamento característico deste momento, não poderia ocorrer muito distante da fábrica. No início da década de 1960 a proximidade entre moradia e local de trabalho é direta, conforme destacado por Mamigonian (1966, p. 141): “[...] 80 a 90% dos operários dos grandes estabelecimentos de Blumenau moravam num raio inferior a 3 km de seu trabalho”. O trabalho de geografia industrial e urbana deste autor evidencia como o processo de urbanização estava diretamente atrelado ao desenvolvimento do setor secundário, indicando reflexo socioespacial direto do cenário econômico. Localmente, este processo pode ser exemplificado na Figura 04.

Figura 04 - Parque fabril da indústria têxtil Artex, às margens do ribeirão Garcia.



Fonte: Fotografia de Mamigonian (1966). Org.: Elaboração da autora.

Um aspecto negativo deste processo é a disputa por espaços seguros para ocupação. A maior parte das áreas planas destinadas para as atividades industriais, de circulação e comerciais. Os espaços residenciais em áreas planas correspondem às áreas de ocupação mais antiga, enquanto as moradias mais recentes são instaladas na encosta. Neste sentido, a forte relação residência-trabalho é de suma importância para compreensão do processo de ocupação no município de Blumenau.

O crescimento em importância da indústria se reflete na expansão urbana em substituição do espaço rural predominante no início do século. Desta forma, o espaço urbano do município é direcionado pela expansão da atividade industrial (MAMIGONIAN, 1966). “A industrialização foi um fator indutor, condicionador e estruturador do espaço urbano em Blumenau.” (MORETTI, 2006, p. 36). Neste sentido, o espaço urbano de Blumenau expressa materialmente a preponderância do desenvolvimento econômico, por meio do



crescimento industrial. A importância da indústria para a compreensão do processo de urbanização Blumenauense ao longo do século XX é central, conforme descrito por Mamigonian (1966, p. 132, grifo nosso):

A importância do trabalho industrial é tal que dirige a vida material do município e modela de diversas maneiras o quadro espacial: 1) pela presença das fábricas na paisagem; 2) pela importância das pessoas engajadas nesta atividade (**48% ao menos da população** não-primária) e consequentemente pelo volume dos deslocamentos entre local de residência e trabalho; 3) pela criação de uma estrutura específica de habitat. São essencialmente estas as **consequências espaciais da atividade industrial** que queremos analisar. Mas é preciso guardar presente no espírito: 1) que a indústria Blumenauense é sobretudo leve e de predominância têxtil; 2) que a atividade industrial modela o espaço frequentemente por intermédio da estrutura social; 3) **que não existia aglomeração urbana antes do aparecimento das indústrias**; 4) que o relevo de vale de fundo plano alternado com formas mamelonares, compartimentou não somente o povoamento rural do século XIX, mas também os bairros e subúrbios atuais.

O último item mencionado pelo autor destaca a compartimentação da ocupação em função das condições naturais do sítio urbano. O relevo fortemente inclinado com vales estreitos e acentuada fragilidade geológica, atua no sentido de limitar a ocupação. Para se dimensionar os efeitos do ambiente na ocupação basta considerar que mais da metade do território municipal e cerca de 1/3 do atual perímetro urbano apresentam declividades acima de 30%, constituindo um indicativo da exigência de restrições e maior exigência técnica à ocupação urbana (KORMANN, 2014). Por se tratar de um modelo de industrialização dispersa, em que as fábricas são instaladas ao longo dos principais vales, o adensamento das moradias ocorre nas encostas ou avançando na direção montante da rede de drenagem na busca por evitar as inclinações acentuadas.

Merece destaque ainda a diferença na intensidade dos usos entre a porção norte (margem esquerda) e a porção sul (margem direita) do território. Na década de 1950, a margem direita já estava em franco processo de adensamento enquanto a margem esquerda ainda permanecia com características rurais (SIEBERT, 1999). A malha urbana desta década evidencia essa diferença, já que a porção sul já apresentava 33,90% do atual perímetro urbano havia sido incorporada a malha urbana, enquanto a porção norte 24,09%. Na porção ao norte do Rio Itajaí-Açu também não havia densidade populacional que permitisse a formação de um núcleo com características urbanas, sendo ausentes os estabelecimentos comerciais, por exemplo, como já ocorria na metade na porção sul (MAMIGONIAN, 1966). Sobre o assunto, Siebert (1999, p. 77) acrescenta:

Apesar de já existirem um total de quatro pontes sobre o Rio Itajaí-Açu neste período, fazendo a ligação das duas margens, a ocupação urbana ainda se dava quase que exclusivamente na margem direita, onde a urbanização começara a se intensificar a partir do “Stadtplatz”¹. Na margem esquerda a ocupação se limitava às proximidades do Rio Itajaí-Açu, sem avançar para o interior.

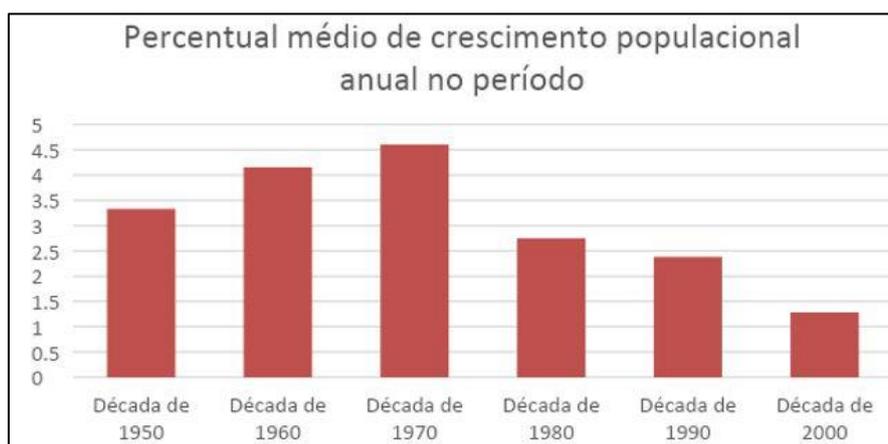
¹ *Stadtplatz* é a palavra usada pelos imigrantes germânicos para designar a sede da Colônia, onde ocorriam as trocas e se estabeleciam as vendas. A palavra “*Stadt*” significa cidade e “*platz*” lugar.



Assim, o adensamento residencial ocorre principalmente na porção sul do território, formando uma malha urbana tentacular ao longo dos fundos de vale e que alcança as encostas por carência de espaços planos. Desta forma, a estrutura de lotes coloniais também se reflete na disposição dos terrenos durante o fracionamento do espaço urbano. A ausência de tamanho mínimo dos lotes quando do parcelamento urbano e a falta de regramento para organizar o sistema viário são reflexos deste período (SIEBERT, 2000). Por meio deste processo de fracionamento dos lotes coloniais se forma um tecido urbano contínuo com a interligação das diferentes áreas de ocupação. Butzke (1995) destaca que na década de 1970 ocorre a interligação de vales afluentes do Ribeirão Garcia, antes isolados. O avanço da ocupação na encosta ocorre a partir dos acessos instalados paralelos às drenagens de menor ordem e seguindo os fundos de vale dos afluentes do Ribeirão Garcia.

Assim, o crescimento em importância da indústria se reflete na vinda de maior número de migrantes de regiões não muito distantes, vindos de outras regiões do estado e de estados vizinhos, muitos dos quais tendem a ocupar as franjas urbanas, espaços mais distantes, geralmente nos fundos de vale ou encostas íngremes fora do perímetro urbano. A intensidade do processo pode ser dimensionada por meio das taxas de crescimento populacional do município, que acompanham as tendências nacionais. Respectivamente, as décadas de 1970 e 1960 registram os maiores índices de crescimento demográfico de Blumenau, conforme ilustrado no gráfico 01.

Gráfico 01 - Taxa de crescimento da população total de Blumenau.



Fonte: Dados da Prefeitura Municipal de Blumenau (2017). Org.: Elaboração da autora.

Além de coincidir com o período de maior crescimento populacional do país, o caso de Blumenau apresenta uma forte relação com o desenvolvimento industrial, que aparece como elemento central de estímulo ao crescimento populacional. As pesquisas de Mamigonian (1966), Singer (1977) e, posteriormente, Siebert (1998



e 1999) correlacionam as elevadas taxas de crescimento populacional com o aumento no número de empregados na indústria. As maiores taxas de crescimento populacional correspondem ao auge do desenvolvimento do setor têxtil regional, quando este alcança a terceira posição no mercado têxtil nacional (SIEBERT, 1998).

Outro reflexo do intenso crescimento urbano nas áreas próximas às indústrias é a ampliação do perímetro urbano no ano de 1968 incluindo os bairros Bom Retiro, Progresso, Glória e Garcia, bairros estes caracterizados pela presença das principais indústrias (MORETTI, 2006). A ocupação dos morros próximos ao centro também ocorre entre as décadas de 1950 e 1970, resultando na formação de uma malha urbana mais contínua e coesa que promove a ligação das ocupações situadas na porção central e sul do município, especialmente nas áreas de entorno das principais indústrias do município. O final da década de 1970 e início de 1980 registram a ocupação dos vazios e das áreas mais altas da porção centro-oeste e oeste do município (BUTZKE, 1995).

Na década de 1970 é elaborado o primeiro Plano Diretor, sendo aprovado no ano de 1977 (SIEBERT *et al.*, 2000a). Este instrumento é um dos primeiros a incluir a parte norte do território do município, visto que em 1974 é fixado novo perímetro urbano, desta vez contando com o distrito da Vila Itoupava, situado no extremo norte (MORETTI, 2006). O documento apresenta um caráter mais tecnocrático, concepção vigente à época. Sua relevância reside no fato de ser a primeira iniciativa pública de realizar um diagnóstico do cenário, com os estudos permitindo dimensionar os problemas urbanos que já se tornavam mais evidentes. Somente nesta década, o planejamento urbano passa a nortear a busca por soluções para a expansão da cidade.

Citando o primeiro Plano Habitacional de Blumenau, de 1981, Vidor (1995) menciona que no ano de 1979 havia uma demanda por 3.916 moradias no município. Ao mesmo tempo, os limites da expansão da ocupação na porção sul já eram apontados, sendo adotada como medida a restrição à expansão do perímetro urbano nesta porção e a necessidade de adoção de estratégias para direcionar a ocupação para a porção norte e oeste do território municipal:

Com o Plano Diretor de 1989, Lei nº 3650 de 06 de dezembro 1989, os olhares se voltam ao crescimento da cidade principalmente para a direção oeste, vale do Ribeirão da Velha, e para o norte, com a ocupação do vale dos Ribeirões Itoupava, Salto e também para o noroeste no vale do Ribeirão Fortaleza. (POLICARPO, 2016, p. 118)

Na esteira do movimento de institucionalização do planejamento urbano no município, acontece em 1983 uma das maiores enchentes do município, seguida por outra enchente de grandes proporções no ano seguinte, 1984. Ambos os eventos levam a criação do Convênio entre o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) e o *Japan International Cooperation Agency (JICA)* para discutir as formas de prevenção e mitigação da problemática das inundações. Trata-se de um marco que conduz a mudanças no processo de ocupação,



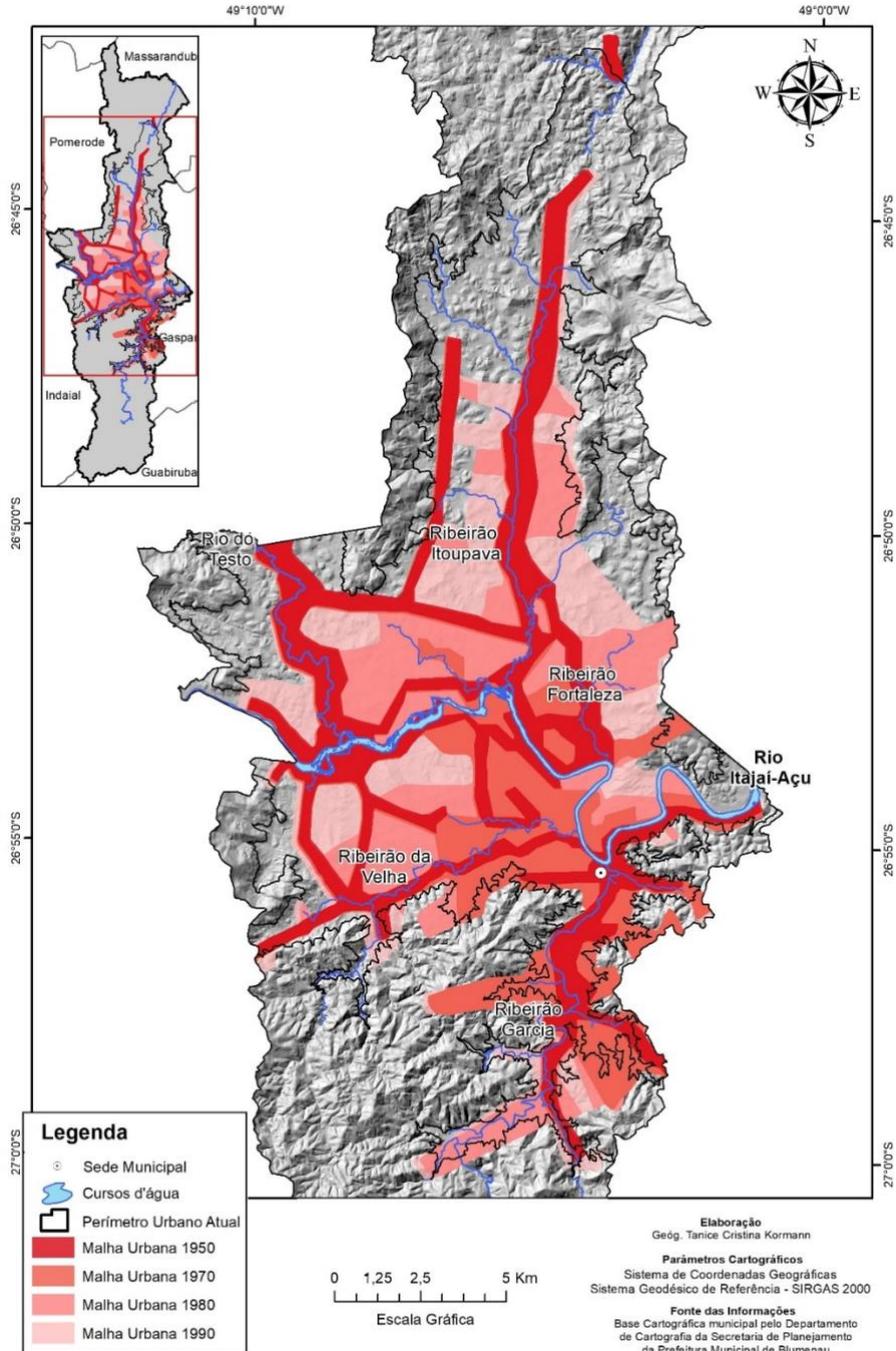
fazendo com que as áreas mais baixas e próximas aos cursos d'água fossem restritas a ocupação enquanto as áreas de encosta passam a sofrer maior pressão.

A necessidade de moradia se reflete no adensamento da ocupação das áreas irregulares surgidas na década de 1950, a exemplo da Rua Pedro Kraus Senior, no bairro Vorstadt (SIEBERT, 1999). É possível apontar um avanço nos vazios situados a oeste, com as ruas principais do bairro Velha, como principal eixo de ocupação (JANSEN, 2007). Além do eixo oeste, o incremento populacional promoveu a ocupação dos bairros situados na porção norte, enquanto o eixo sul teve menor expansão, o que indica, ao menos em linhas gerais, um alinhamento com as medidas de planejamento urbano propostas. Apesar disso, ocorre ainda o aumento da ramificação da malha urbana na porção sul, alcançando às nascentes do Ribeirão Garcia, local indicado pelo Plano Diretor como de preservação ambiental.

Outro aspecto a ser considerado é a reestruturação produtiva indicando saturação deste modelo econômico baseado na indústria têxtil. Conforme Siebert (1998), em meio ao processo de reorganização econômica, a década de 1980 registra agravamento do cenário com a intensificação da crise trazendo reflexos no setor têxtil cujos efeitos socioespaciais foram mais sentidos na década de 1990. Os sinais de problemas são evidenciados nas taxas de desemprego que aumentam na década de 1980. Concomitantemente ocorre a primeira revisão do Plano Diretor no ano de 1989, em que as áreas industriais que estavam situadas em áreas predominantemente residenciais tiveram sua expansão física limitada, sendo consideradas como Zonas Industriais Fechadas (ZIF). Desta forma, há coincidência temporal entre os limites de expansão da física e a reestruturação produtiva da indústria blumenauense.

Desta vez, o Plano Diretor traz ênfase na região norte, área considerada como de expansão urbana (SIEBERT, 2000; MORETTI, 2006). Esta medida para incentivar o direcionamento da urbanização também é complementar a uma rigidez no tratamento da questão industrial. O documento passa a impedir “a implantação de novas indústrias e a ampliação das já existentes no interior dos bairros” (MORETTI, 2006, p. 89). O reflexo espacial destas medidas pode ser conferido no mapa que ilustra a evolução da malha urbana de 1950 até a década de 1990 (Figura 05). As tonalidades mais claras no mapa indicam as áreas ocupadas na década de 1990. A porção norte e oeste do território municipal, mais precisamente os bairros Itoupava Central e Itoupavazinha, são os principais eixos de expansão no final do século XX (BUTZKE, 1995). Até a década de 1990, a malha urbana ocupada na porção norte correspondia à 62,14% enquanto na porção sul à 86,01% da área do atual perímetro urbano.

Figura 05 – Malha urbana até a década de 1990.



Org.: Elaboração da autora

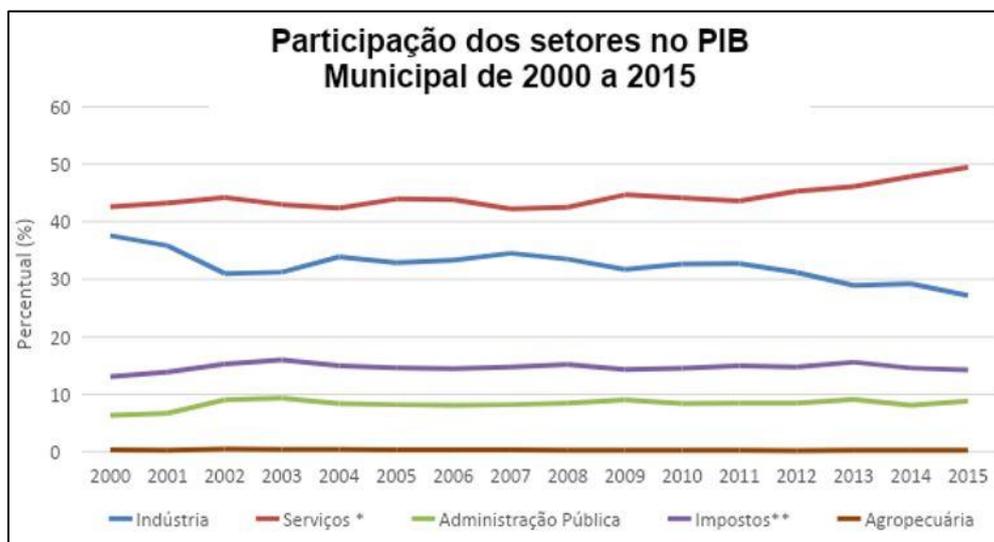
Apesar de uma menor expansão em termos de área, os bairros da porção sul ainda apresentam um incremento especialmente no entorno do Ribeirão da Velha e nos fundos de vale dos principais afluentes do Ribeirão Garcia. O direcionamento da área ocupada verificado nesta década reflete as mudanças de ordem econômica



e social diante de importantes transformações, especialmente no que se refere à estrutura das grandes indústrias têxteis, além das significativas limitações impostas ao planejamento urbano pela carência de áreas planas não inundáveis. A efetividade das medidas de planejamento urbano na mudança no direcionamento da ocupação registrada nas décadas de 1980 e 1990 indica um processo de ajuste socioespacial. Desta forma, trata-se de uma dupla reestruturação, a produtiva no âmbito da indústria e a socioespacial refletida no espaço urbano (SIEBERT, 1998 e 1999).

A mudança na estrutura produtiva blumenauense visou à inserção no mercado internacional em um cenário de neoliberalismo crescente. “Uma revolução tecnológica teve lugar na fiação e tecelagem, com substituição de mão de obra por máquinas e intensa concentração de capital” (SINGER, 1977, p. 135). As reformas neoliberais contribuíram para a propagação do “fundamentalismo de livre mercado” (HARVEY, 2014) por meio de reformas estruturais que envolveram a flexibilização das leis do mercado de trabalho, redução de gastos sociais e privatizações. Assim, a reestruturação produtiva marca a passagem da economia de base secundária para a terciária (MATTEDI *et al.*, 2018). Tal contexto desencadeia o fim da hegemonia do setor secundário na economia blumenauense, conforme registrado no gráfico 02. Já na virada para o século XXI o setor de serviço aparece como o novo motor principal da economia blumenauense.

Gráfico 02 - Participação dos setores econômicos no PIB de Blumenau.



Fonte: Dados disponíveis em IBGE (2021). Org.: Elaboração da autora

A redução gradativa das práticas do estado de bem-estar social por meio da ênfase nas liberdades do capital fica mais evidente no Médio Vale do Itajaí na segunda metade da década de 1990, momento em que ocorre a abertura do mercado nacional por meio da adoção de medidas neoliberais. Sobre o contexto econômico deste



processo, Raulino (2008, p. 46) acrescenta que: “a balança comercial da cadeia têxtil brasileira vinha apresentando saldo superavitário até 1994. A partir de então, e, em especial no período 1995 – 2000, passou a apresentar saldos deficitários [...]”. É neste contexto de sucessiva queda da rentabilidade do setor têxtil que as principais medidas da reestruturação produtiva são implementadas, fazendo com que muitas empresas têxteis Blumenauenses declarassem falência e outras passassem por uma profunda reorganização produtiva:

No Médio Vale do Itajaí, onde se localiza importante polo têxtil vestuarista, sede de grandes empresas verticalizadas do setor de cama, mesa e banho, responsáveis por cerca de 90% das exportações brasileiras desse segmento, também observou-se uma expressiva reestruturação produtiva, que passou por desativação de linhas de produtos menos ou não rentáveis, introdução de novos produtos, fechamento de unidades de produção em outros estados ou municípios, concentração da produção, notadamente da parte mais intensiva em mão de obra. (RAULINO, 2008, p. 140)

Esta transformação trouxe reflexos intensos na estrutura econômica municipal na virada do século, caracterizadas pelo “enxugamento das estruturas das grandes empresas e pelo surgimento de muitas pequenas e microempresas terceirizadas.” (MORETTI, 2006, p. 90). O autor destaca a terceirização da maioria das atividades acessórias à produção das grandes empresas têxteis, como um dos símbolos principais da flexibilização produtiva. Em um primeiro momento são registradas elevadas taxas de desemprego. Os dados de empregados envolvidos no processo de demissão em massa são um indicativo das dimensões: “Em Blumenau, o setor têxtil, que empregava cerca de 40.000 trabalhadores no final da década de 1980, foi reduzido para aproximadamente 25.000 postos de trabalho em 2000” (BIELSCHOWSKY, 2009 p. 38). Além das demissões, Vidor (1995) aponta que ocorre significativa perda salarial no final do século XX.

O emprego é um dos principais indicativos dos efeitos sociais da significativa redução do salário e do número de funcionários, o que ocorre por meio de ciclo de demissões em massa na segunda metade da década de 1990. Neste sentido, a crise do setor têxtil impõe uma mudança interna no modelo de produção e, conseqüentemente, um redirecionamento econômico do município. Este processo é considerado por Raulino (2008) como um ajuste secundário por ocorrer em escala local, resultando na formação de uma rede de prestadores de serviço constituída, em sua maior parte, pelos municípios menores que circundam Blumenau além de áreas periféricas do espaço urbano do município. Na seqüência, o trecho traz dados de média salarial referente aos empregados de carteira assinada indicando a gradativa redução dos salários:

Em 1992, por exemplo, a indústria têxtil pagava em média 6,5 salários mínimos para os funcionários, tendo como exigência 6 anos de estudo. Em 2001, a média de remuneração caiu para 3,2 salários mínimos e o tempo de estudo exigido aumentou para 7,5 anos (SIGAD, 2007). Isso levando em consideração os trabalhadores com carteira assinada. As perdas devem ter sido maiores, se considerado o alto grau de informalização do trabalho na última década. (SAMAGAIA, 2010, p. 89)



Por parte da indústria, a estratégia permite diminuir a ociosidade, os riscos com a flutuação da produção, além de promover diminuição dos encargos trabalhistas e responsabilização social. Esta estratégia é utilizada para as atividades acessórias a indústria, como tornearia e contabilidade, que passam a ser serviços prestados, não mais vinculadas a industrial, o que em grande parte também explica o aumento da importância econômica do setor de serviços no PIB municipal, conforme também pode ser confirmado na Figura 07. Ao longo do tempo, a terceirização passa a se estender a atividade fim de empresas de vestuário, constituindo uma prática de pulverização da linha de produção por meio do surgimento de várias pequenas facções. Estas microempresas prestadoras de serviço geralmente são denominadas de facções, frequentemente instaladas nos fundos das moradias, com trabalhadores (muitas das quais costureiras) exercendo jornadas excessivas e em condições de trabalho precárias:

[...] se concretizou a implantação de um modelo flexível que deslocou a centralidade da grande indústria para inúmeras facções. Estas facções passaram a produzir para a grande empresa, eximindo-a dos gastos com contratos de trabalhos. (SAMAGAIA, 2010, p. 88)

A ausência de estabilidade, a informalidade nas relações de trabalho e a diminuição dos salários tem se refletido na fragilização social, sinalizando uma tendência agravada ainda pela transferência de parte das atividades de produção para outras regiões do país, com foco na região nordeste (RAULINO, 2008). A combinação destes processos gerou no município uma diminuição generalizada dos salários, fragilização das condições de vida do trabalhador além da significativa ampliação do número de trabalhadores atuando no mercado informal (SIEBERT, 1999; SAMAGAIA, 2010). A respeito dos efeitos da desverticalização (ou externalização) da produção na qualidade de vida da população, a autora ainda complementa:

[...] a partir do final dos anos de 1980, e principalmente na década de 1990, alguns fatores desencadearam uma queda bruta de qualidade de vida e de possibilidades de ascensão social. Esses fatores estão relacionados diretamente com efeitos da reestruturação produtiva sobre a economia local, concentrando-se no setor têxtil, que era mola propulsora do desenvolvimento da cidade. (SAMAGAIA, 2010, p. 74)

A respeito dos reflexos espaciais do processo de reestruturação produtiva da indústria Blumenauense, o primeiro reflexo no espaço urbano é a “pressão demográfica sobre as áreas inadequadas à urbanização” (SIEBERT, 1998, p. 45). O aumento do número de moradias em áreas ilegais também é apontado como efeito colateral da reestruturação produtiva da indústria têxtil (SIEBERT, 1999; SAMAGAIA, 2010). Nas palavras da autora, a reestruturação do setor têxtil gerou uma crise econômica e social sem precedentes (SIEBERT, 1998). Na mesma linha, Lenzi destaca a necessidade de abordar os impactos sociais e ambientais resultantes: “Mais do que simplesmente saber como se originou a industrialização, precisamos saber no que ela acabou resultando para a maioria da população e seus possíveis efeitos para as futuras gerações” (LENZI, 2000, p. 150).



A problemática da moradia se torna ainda mais latente diante do desemprego e da fragilização das relações de trabalho:

[...] a adaptação das empresas ao sistema de produção flexível tem seus impactos na reestruturação urbana, como a redução da pressão de expansão física dos parques fabris, mas que o reflexo espacial mais grave da globalização é o causado pelo desemprego, com o empobrecimento da população e, conseqüentemente, com a tendência de ocupação clandestina de áreas não adequadas à urbanização. (SIEBERT, 1998, p. 46).

Lenzi (2000) considera que é um equívoco o raciocínio de que o crescimento econômico necessariamente signifique qualidade de vida, justo ao contrário, visto que a concentração de renda tem apontado para o crescimento da desigualdade. Apesar da desaceleração das taxas de crescimento populacional desde a década de 1980, os problemas associados à ocupação irregular se intensificam na década de 1990, estando fortemente ligados à instabilidade dos empregos ou ainda ao aumento do desemprego. Siebert (1999, p. 150) acrescenta: “A FAEMA – Fundação Municipal de Meio Ambiente estima que em 1998 existam cerca de 10.000 moradias em ocupações ilegais, das quais 30% com risco iminente de desmoronamento”. A autora salienta que se trata de uma estimativa e não um dado oficial do cenário do final do século. Entretanto, se considerarmos os dados do Censo de 2010 (IBGE, 2020) que indicou 23.131 pessoas vivendo em aglomerados subnormais em Blumenau, sendo estes números significativamente maiores que Florianópolis e Joinville, ambos municípios mais populosos do estado, tal informação parece ser representativa da realidade daquela época.

O elevado número de habitantes vivendo em áreas de risco de movimento de massa pode ser relacionado aos ciclos da indústria por meio da concentração espacial de ambos os processos. Se na metade do século passado Mamigonian (1966) retratou o processo de concentração espacial dos trabalhadores no entorno das fábricas, após a reestruturação produtiva do setor a problemática se agravou. De acordo com os registros de ocorrências de movimentos de massa de vinte anos de dados da Defesa Civil Municipal os bairros Velha (17,66%), Garcia (12,19%) e Progresso (10,70%) juntos registraram 40,55% do total de ocorrências, enquanto espacialmente estes bairros juntos equivalem a 23,74% da área urbana municipal (KORMANN *et al.* 2021). Cabe lembrar que todos estes três bairros têm seu processo de ocupação associado a indústria “Cia Hering”, as empresas “Garcia” e “Artex” (MAMIGONIAN, 1966).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se nos primeiros cinquenta anos de ocupação a organização espacial de Blumenau teve forte influência do modelo de distribuição de lotes coloniais, ao longo do século XX o processo de industrialização passa a ser o



principal agente direcionador do desenvolvimento do espaço urbano. A expansão da indústria têxtil a partir do polo blumenauense resulta em uma concentração de moradias nos arredores das fábricas. A cartografia histórica permitiu retratar o avanço do caráter urbano tendo a industrialização como vetor principal até a reestruturação produtiva do setor ocorrida no final do século com reflexos significativos neste início de século XXI. Destaca-se que apesar de haver um planejamento na definição da localização das fábricas, situadas nas poucas áreas planas e próximo ao curso d'água, o mesmo não ocorreu quanto aos espaços destinados às moradias dos trabalhadores, o que gerou significativo número de moradias nas encostas situadas próximos às indústrias.

A reestruturação produtiva da indústria têxtil exigiu mudanças internas no modelo de produção para se adequar ao contexto internacional neoliberal. No fim da década de 1990, estas reformas são mais fortemente percebidas com demissões em massa, diminuição dos salários e flexibilização das relações de trabalho. Estes reflexos sociais têm efeitos espaciais no aumento da pressão por moradias nas áreas periféricas em condições de suscetibilidade à ocorrência de deslizamentos. Neste sentido, a problemática das moradias em áreas de risco no município não pode ser entendida sem levar em conta o processo de industrialização. Apesar de anterior aos mecanismos de regulamentação ambiental e de ordenamento territorial, as áreas de risco de movimentos de massa em Blumenau são passivo socioambiental do modelo de desenvolvimento da indústria local.

Outro fator que merece destaque é a assimetria na intensidade dos usos entre a porção norte (margem esquerda) e a porção sul (margem direita) do território. Os dados quantitativos indicam que, na década de 1950, a malha urbana correspondia a 33,90% do atual perímetro urbano na porção sul e 24,09% na porção norte. Na década de 1990, este padrão permanece, com 62,14% da área do atual perímetro urbano correspondente à malha urbana ocupada na porção norte, enquanto na porção sul esta correspondia à 86,01%. A crise do setor têxtil e as primeiras iniciativas de planejamento urbano na década de 1980 coincidem com a adoção de medidas mais efetivas para corrigir essas disparidades históricas, iniciando um processo de ajuste socioespacial com o direcionamento da ocupação para a porção norte do território diante da maior densidade de ocupação da porção sul, que já apresentava número significativo de moradias ocupando áreas de risco em encosta fora do perímetro urbano municipal.

A concentração espacial das indústrias encontra similaridade na concentração espacial da problemática das áreas de risco a movimentos de massa no município catarinense que tem o maior número de habitantes vivendo nestas condições. Os três bairros com mais registros de ocorrências de movimentos de massa atendidos pela Defesa Civil Municipal de Blumenau registraram 40,55% do total de ocorrências, sendo que espacialmente ocupam 23,74% da área urbana municipal, tendo sido estes bairros ocupados por



trabalhadores de três das maiores empresas do município. Além disso, todos estes bairros estão situados na porção sul do território municipal, o que reforça a necessidade de ajustes socioespaciais bem como controle da ocupação e investimentos para garantir maior resiliência nos bairros historicamente mais atingidos por movimentos de massa.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. A cidade com-fusa: A mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais/ANPUR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 25-53, 2007.

BIELSCHOWSKY, B. B. **Patrimônio industrial e memória urbana em Blumenau/SC. 2009**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

BUTZKE, I. C. **Ocupação de áreas inundáveis em Blumenau/SC. 1995**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1995.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8. Ed. São Paulo: Contexto, 2007.

CORRÊA, Roberto L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1986.

DUMÊNIL, G.; LEVY, D. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

JANSEN, G. R. **Interpretação ambiental e evolução da paisagem das situações de risco de escorregamento do município de Blumenau, SC. 2007**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2007.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: História e implicações**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2014.

HERING, M. L. R. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: O modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: FURB, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010: Resultados divulgados no Diário Oficial da União em 04.11.2010**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_dou/SC_010.pdf. Acesso em: 08 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 5938 - Produto interno bruto a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes. Blumenau**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>. Acesso em: 28 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População estimada (2022)**. Blumenau. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/blumenau/panorama>. Acesso em: 05 jun. 2022.

KORMANN, T. C. **Ocupação de encostas no município de Blumenau - SC: Estudo da formação das áreas de risco a movimentos de massa**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

KORMANN, T. C.; ROBAINA, L. E. de S. Ocupação das encostas e a formação das áreas de risco a movimentos de massa em Blumenau-SC. **Revista Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 28, p. 269-290, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/16695>. Acesso em 08 mai. 2022.

KORMANN, T. C.; MATTEDI, M. A.; ROBAINA, L. E. S. Distribuição espacial e temporal das ocorrências de movimentos de massa na cidade de Blumenau. **Revista da ANPEGE**. v. 17, p. 209-229, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5418/ra2021.v17i33.11833>

KORMANN, T. C. **Construção socioespacial da vulnerabilidade a movimentos de massa no município de Blumenau – SC. 2022**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.



LENZI, C. L. O **“modelo catarinense” de desenvolvimento**: Uma ideia em mutação? Blumenau: FURB, 2000.

LOHN, R. L.; AREND, S. M. F. Estado e populações pobres no Brasil: A espacialização da desigualdade social em Florianópolis - SC (Décadas 1930-1950). **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 28, n.56, p. 33-64, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2013v28n56p33>. Acesso em: 08 mai. 2022.

MAMIGONIAN, A. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, v. 27, n. 3, p. S/n, 1966.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**: Ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MATEDDI, M. A. *et al.* A economia política da gestão dos desastres em Blumenau. In.: MATEDDI, M. A.; LUDWIG, L.; AVILA, M. R. R. (Orgs.) **Desastre de 2008+10 no vale do Itajaí**: água, gente e política: aprendizados. Blumenau: Edifurb, 2018. p. 217-234.

MENDONÇA, F. A Geografia (física) brasileira e a cidade no início do século XXI: Algumas contingências e desafios. In.: FIGUEIRÓ, A. S.; FOLETO, E. M. (Orgs.) **Diálogos em Geografia Física**. Santa Maria: UFSM, 2011. p. 45-58.

MORETTI, S. M. **Fábrica e espaço urbano**: a influência da industrialização na formação dos bairros e no desenvolvimento da vida urbana em Blumenau. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

PELUSO JR, V. A. O relevo do território catarinense. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 2, p. 7-78, 1986.

POLICARPO, J. **Território e planejamento urbano em Blumenau**: A disputa por espaços seguros. 2016. 251 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU. **Evolução da população de Blumenau, 1950-2010**. Blumenau: S/n, 2010. Disponível em: http://www.blumenau.sc.gov.br/downloads/seplan/relatorio_pmb_censo_2010.pdf. Acesso em: 01 jul. 2017.

RAUD, C. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil**: Perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense. Florianópolis: UFSC. Blumenau: FURB, 1999.

RAULINO, I. **Crise e reestruturação produtiva na grande empresa têxtil do Médio Vale do Itajaí**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SAMAGAIA, J. **Globalização e Cidade**: Reconfigurações dos espaços de pobreza em Blumenau/SC. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SEYFERTH, G. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim**: Um estudo econômico. 2 ed. Porto Alegre: Movimento, 1999.

SIEBERT, C. F. **Estruturação e desenvolvimento da rede urbana do Vale do Itajaí**. Blumenau: FURB, 1996.

SIEBERT, C. F. Os efeitos da globalização no espaço urbano de Blumenau. **Revista Dynamis**, Blumenau, v. 6, n. 23, p. 29-47, 1998.

SIEBERT, C. F. **A evolução urbana de Blumenau**: O (des)controle urbanístico e a exclusão socioespacial. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

SIEBERT, C. F. Legislação urbanística de Blumenau: 1850 a 1997. **Revista Dynamis**, Blumenau, v. 8, n. 30, p. 113-131, 2000.

SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**: Análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1977.